

Câmbio Negro: o racismo moderno enquanto parte-integrante do projeto de mundialização do capitalismo

Black Commutations: modern racism as an integral part of the globalization of capitalism

*Hanna Henriques Debs*¹

*Sérgio Paulo Moraes*²

¹ Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisadora no grupo de pesquisa Direito Internacional Crítico - Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: hanna.debs@ufu.br.

² Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor de graduação e pós-graduação no Instituto de História e no programa de pós-graduação de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: sergio.paulo@ufu.br.

RESUMO

A história do Atlântico é costurada por dinamismos econômicos e políticos que embarcam as vidas negras em um oscilante processo de pertencimento e não-pertencimento no local cultural em que desaguam. Esses movimentos remetem à internacionalização do capitalismo e à sua face equivalente: a designação dos povos não-brancos e não-europeus pelo fator *raça*. O presente trabalho busca apontar o que se oculta quando não é observada a expansão mundial do Capitalismo em uma relação causal com a categorização racial dos indivíduos negros. Mais especificamente, desejamos identificar como distintas tradições teóricas dialogam a respeito do racismo moderno e a colonialidade. O esforço metodológico, então, compreende dialogar com a bibliografia rica e relevante dos estudos decoloniais e racializados sobre a colonização e a história colonial dos povos afro-americanos. Para tanto, será investigada a díade América e Modernidade em suas formulações correspondentes. Em seguida, será pensada a raça enquanto “instrumento mental” da Modernidade e fator de exploração colonial capitalista. Por fim, serão consideradas as estruturas racistas para além de suas manifestações físicas, combinando elementos investigativos da História e da Psicologia. O trabalho, ciente das suas limitações, conclui que há espaço para o esquecimento ao se tratar do esplendor da Modernidade, abrindo, assim, um lugar para a memória da Colonialidade.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo; Racismo Moderno; Aníbal Quijano; Atlântico Negro; Decolonialidade.

ABSTRACT

The history of the Atlantic is stitched together by economic and political dynamisms that embark black lives in an oscillating process of belonging and non-belonging to the cultural place into which they flow. These movements refer to the internationalization of capitalism and to its equivalent facet: the categorization of non-white and non-European peoples through the conceptualization of race. The present work seeks to point out what is hidden when the worldwide expansion of Capitalism is not observed in a causal relationship with the racial designation of black individuals. More specifically, we aim to identify how different theoretical traditions dialogue about modern racism and coloniality. Therefore, we benefit from the rich and relevant bibliography of decolonial and racialized studies on colonization and colonial history of Afro-American peoples. In order to achieve our objectives, the dyad America and Modernity will be investigated as corresponding formulations. Next, race will be evaluated as a “mental instrument” of Modernity and a factor of capitalist colonial exploitation. Finally, racist structures will be considered beyond their physical manifestations, combining investigative elements from History and Psychology. The work, aware of its limitations, concludes that there is room for oblivion when dealing with the splendor of Modernity, in order to make space for the memory of Coloniality.

KEYWORDS: Capitalism; Modern Racism; Aníbal Quijano; Black Atlantic; Decoloniality.

Considerações Iniciais

Em *Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram* (LINEBAUGH, 1984), o ambiente protagonista é formado pelas águas do Atlântico, indispensáveis para se contar a história triangular das interações entre América Anglo-Saxônica, América Latina e Europa. O contexto, por sua vez, é o da mundialização do capitalismo, da divisão internacional-racial do trabalho e da articulação colonial do Sul Global, importante para o abastecimento do mercado mundial eurocentrado. Em meio a um instante histórico tão repleto de pontos de interesse relevantes aos estudos econômicos, sociais e políticos, por exemplo, muitas produções acadêmicas ou focam em analisá-los separadamente, ou se referem à conjuntura enquanto plano de fundo para o desenvolvimento tecnológico e científico das sociedades europeias.

Michael Pollak reconhece a eficiência da memória coletiva, ao passo que, "ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, [ela] fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais" (POLLAK, 1989, p. 3). Como Maurice Halbwachs aponta, toda memória foi constituída a partir da seletividade daqueles que a partilham, a ponto de indivíduos desencadearem um processo de "negociação" para conciliar memórias coletivas e memórias individuais (POLLAK, 1989, p. 3).

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras, para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum (HALBWACHS, *apud* POLLAK, 1989, p. 3).

Dessa forma, a memória se faz campo de disputa. Na comunicação social, existem fronteiras em constante deslocamento entre o silêncio, o não-dito, o esquecimento definitivo e a repressão inconsciente. É estabelecida a relação de que,

para se lembrar de determinados eventos e consolidar uma memória coletiva consensual, é necessário o espaço para produzir esquecimentos. Assim,

a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa [...] uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p. 9).

Grada Kilomba (2019), ao discutir a alteridade entre *brancos* e *negros*, e, logo, as diferenças políticas que são ora permissivas e ora proibitivas a cada grupo, respectivamente, recorre a Sigmund Freud para tratar das noções de repressão social e psíquica. Escreve ele que a “essência da repressão [...] encontra-se simplesmente em afastar algo e mantê-lo à distância do consciente” (*apud* KILOMBA, 2019, p. 177). Para a autora, conforme essa análise, “a repressão é [...] a defesa pela qual o ego controla e exerce censura em relação ao que é instigado como uma verdade desagradável” (KILOMBA, 2019, p. 177).

Assim, este trabalho assume como ponto de partida o argumento, segundo o qual, o ego branco, eurocentrado, mantém-se estável e repressivo à medida em que permanece a recusa de apresentar a dominação racial como um imperativo capitalista nas produções historiográficas. Porque apenas por seu intermédio foi possível a mundialização desse sistema econômico e a colateral constituição da sociedade ocidental moderna.

Apesar de existirem resistências para o reconhecimento de tal correlação, este não é um esforço inédito. Para além da bibliografia trabalhada mais profundamente nesta pesquisa, autores e autoras como William Du Bois (1903), Cedric J. Robinson (1983), Sylvia Wynter (1970), Denise Ferreira da Silva (2007) e Angela Davis (1981), por exemplo, já apresentaram formulações significativas que conectam o desenvolvimento das relações econômicas capitalistas com o aprofundamento das estruturas racistas nas sociedades. O presente trabalho, portanto, busca continuar a investigação do que se oculta quando não é observada a relação causal entre a mundialização do Capitalismo

e a categorização racial dos indivíduos negros. Mais especificamente, a pesquisa deseja localizar como distintas tradições teóricas dialogam para tratar do assunto.

Para tanto, a discussão bibliográfica se desenvolve em três seções, conforme os dois grandes agrupamentos teóricos com os quais os compatibilizamos: primeiro, trabalharemos com as leituras marxistas e as Teorias Críticas das Ciências Humanas - em especial as Abordagens Terceiro-Mundistas do Direito Internacional (TMAIL) e o grupo Modernidade/Colonialidade -, em que se destacam as produções de Peter Linebaugh (1983), Aníbal Quijano (2005), Edgardo Lander (2005), Luciana Ballestrin (2013), Walter Mignolo (2017) e Zeynep Capan (2017); em seguida, veremos as produções que conectam o racismo, a sociabilidade e processos psíquicos de viver a cultura e a linguagem, em que aproveitamos as contribuições de Paul Gilroy (2001, original publicada em 1993), Judith Butler (2014) e Grada Kilomba (2019).

Nesse sentido, será investigada a díade América e Modernidade em suas formulações correspondentes. Em seguida, será pensada a raça enquanto “instrumento mental” da Modernidade (QUIJANO, 2005) e fator de exploração colonial capitalista. Por fim, serão consideradas as estruturas racistas para além de suas manifestações físicas, combinando elementos investigativos da História e da Psicologia propostos pela psicóloga Grada Kilomba. O esforço metodológico, então, compreende dialogar com a bibliografia rica e relevante dos estudos decoloniais e do pensamento negro sobre a colonização e a história colonial dos povos afro-americanos.

América, Modernidade *In Utero*: Observando a Raça pelas Teorias Críticas

O esforço de gestar a América é, sobretudo, epistemológico. Apesar das possíveis manifestações de resistência - corporais ou líricas, indissociavelmente políticas - que se desdobraram desde as primeiras incursões colonizadoras e a partir de suas vítimas, tal esforço tem se fortalecido pelas fórmulas potentes que codificam socialmente os indivíduos para além de suas subjetividades. O motor-maior, material e histórico, é o acúmulo de capital no contexto da mundialização do sistema econômico

que o instrumentaliza. O seu *modus operandi*, por sua vez, é o que cria, sistematiza, naturaliza e renova as categorizações binárias de diferenças pré-discursivas forjadas no meio social de trabalho. Dessa forma, dentre o arcabouço das construções identitárias possibilitadas pela Modernidade, são raça, gênero e classe três de seus exemplares mais estáveis desde a construção da América.

As correntes de análise que se apropriam do local colonizado para se pensar e fazer ciência - como as teorias pós-coloniais, na África; as descoloniais, na Ásia; as decoloniais, na América Latina e as Third World Approaches (TWAIL), no Terceiro Mundo - por vezes reconhecem como uma peça importante o engenho moderno que constrói e define a América. Aníbal Quijano, ao descrever o sistema-mundo como instituição derivada da capitalização global da(s) economia(s), atribui ao continente americano o local geográfico-histórico-temporal-cognoscitivo da modernidade. Isto é, guilda artesã da dispersão "de um padrão de poder de vocação mundial" (QUIJANO, 2005, p. 1). Segundo o autor, essa associação é possível por meio da convergência de dois processos históricos: 1) "a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça" e 2) "a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial" (QUIJANO, 2005, p. 1).

Esse tema tampouco se faz estranho ao trabalho de Peter Linebaugh, ainda que não propriamente imerso nas inquietações decoloniais (LINEBAUGH, 1983). Nesse retrato, o Atlântico se encontra momentânea e irreversivelmente costurado por dinâmicas comerciais transcontinentais nunca antes tão intimamente relacionadas. Para historiadores internacionais, este é o primeiro ensaio do que viria a ser o Sistema Internacional (SI) moderno - unificado e produtivamente hierarquizado pelas regras do capital industrial internacional. Com o protótipo das colônias no Novo Mundo, ainda em meados de 1500, seriam construídas as relações produtivas do capitalismo industrial, as quais, quatro séculos depois, em uma outra roupagem, seriam mimese das relações coloniais passadas, agora sob a égide do Estado-nação (HEADRICK, 2010).

A partir desses movimentos de transação e traslado, o Sistema Internacional apresenta sintomas de interdependência: pela primeira vez, é enfaticamente conectado e esculpido pelas relações econômicas do capitalismo industrial, de cujo projeto de expansão é característico. Essa nova mecânica se dá principalmente pela 1) centralização da organização política por meio do artifício da nacionalidade, 2) pelo monopólio da produção tecnológica pelos Estados europeus e 3) pela unificação do exército nacional profissionalizado (HEADRICK, 2010). É por causa dessa estrutura que se torna possível estabelecer lugares-papéis rígidos de extração, produção, aperfeiçoamento e consumo a nível internacional. De volta a 1500, esse sistema mundial era aspirante, e tais divisões sociais e internacionais do trabalho já eram empregadas pelas relações de metrópole e colônia.

É a partir de tais entendimentos que a internacionalista Zeynep Capan apresenta as Relações Internacionais (RI) enquanto um campo de estudo profundamente coordenado pelos marcadores temporais, espaciais e rítmicos da colonização da América e dos conceitos ocidentais de modernidade (CAPAN, 2017). Dessa maneira, o Novo Mundo demarca, em uma linha temporal distorcida, uma régua de dicotomias e alteridades, em que cada categoria exige compulsoriamente o seu alterno: passa a existir o Moderno e o tradicional; o civilizado e o bárbaro; o avançado e o atrasado. (CAPAN, 2017, p. 3). Tais binômios, cujas extremidades são polares e nunca coincidentes, estabelecem “uma divisão geo-cultural de produção de conhecimento de forma simultaneamente espacial e temporal” (CAPAN, 2017, p. 3, tradução nossa) e se irradiam a partir de uma matriz eurocêntrica de poder.

Segundo Quijano, há características estruturantes do eurocentrismo que impedem que o referencial moderno seja adotado isoladamente pelas RI enquanto campo de conhecimento, também se escoando indistintamente, portanto, pelas demais áreas das Ciências Humanas (QUIJANO, 2007).³ Logo, fazem-se aspectos importantes

³ Isso não impede parte desses entendimentos de se difundirem, também, nos círculos de saberes das Ciências Naturais. Diwan (2015) aponta como a instrumentalização da fisiologia, da

para a estabilidade do modelo eurocêntrico de produção de saberes, 1) a proposta de articulação dual, unidimensional e evolutiva de elementos na história (o capital e o pré-capital; a Europa e a não-Europa; o primitivo e o civilizado etc), de modo a infalivelmente convergirem para a construção europeia de Estado e civilização; 2) a naturalização de diferenças entre grupos sociais a partir da codificação racial de indivíduos e 3) uma distorção temporal que realoca os sujeitos racialmente classificados em um passado histórico (QUIJANO, 2007) - ou a-histórico, uma vez que se propõe como formulação imutável, indiferente ao tempo e à materialidade social.

Walter D. Mignolo dialoga com essa esquematização e apresenta o binômio reflexivo, constitutivo e correspondente de modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2017). A partir das discussões elaboradas pelos grupos contrapostos às práticas eurocêntricas de fabricação, reprodução e naturalização do conhecimento, produz-se a ideia de que, diametral à modernidade, existe o seu lado eclipsado mais sombrio, “que surgiu com a história das invasões europeias de Abya Yala, Tawantinsuyu e Anahuac, com a formação das Américas e do Caribe e do tráfico maciço de africanos escravizados” (MIGNOLO, 2017, p. 2). Dessa forma, não é possível a concretização da(s) modernidade(s) sem a(s) colonialidade(s),⁴ e vice-versa.

É inconcretizável, portanto, considerar a mundialização do capitalismo na sua fase industrial e, posteriormente, financeira, sem compulsoriamente tratar da colonialidade.⁵ Por extensão, não se pode falar de colonialidade sem o seu elemento definitivo mais traumático: a criação moderna da categoria raça e a exploração sistemática dos sujeitos negros.

microbiologia e do evolucionismo, por exemplo, foram importantes para a legitimação científica de estruturas raciais de dominação sob o prisma eurocêntrico.

⁴ Mignolo (2017), ao reconhecer que a matriz colonial de poder (MCP) é “compartilhada e disputada por muitos contendores”, aponta a existência consequente de colonialidades globais, correspondentes às modernidades globais (eurocêntricas).

⁵ Para uma análise do conceito “colonialidade” e do seu complemento “decolonialidade”, recomenda-se o trabalho de Luciana Ballestrin (2013), *América Latina e o Giro Decolonial*.

Raça, Uma Categoria Mental Da Modernidade⁶: Esforços Cognoscitivos para Reforçar um Lugar Negro

Quijano reconhece que a humanidade há tempos se equipara de construções sociológicas para distinguir o Eu-indivíduo do Outro (QUIJANO, 2005). Categorizar o espanhol enquanto *espanhol* e não como *português*, por exemplo, serviu à função primeira de geográfica e culturalmente localizar aqueles sujeitos: um propósito demográfico. A tese do autor, por sua vez, enuncia que o contexto da colonização do Novo Mundo imprime significância racial ao empreendimento de cunhar expressões para se referir ao Outro geográfica, cultural e fenotipicamente diferente. A referência a partir da qual derivam os sujeitos racializados é a categoria-mor de *europæus* - posteriormente brancos (QUIJANO, 2005). Dessa forma, “a ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América”, e “a formação de relações sociais fundadas nessa ideia produziu [no continente] identidades historicamente novas [os “índios”, os negros e mestiços] e redefiniu outras” (QUIJANO, 2005, p. 1, nosso adendo).

As categorias raciais modernas (não-brancas e não-europeias), que qualificam os sujeitos colonizados negros e indígenas, portanto, são definidas originalmente na América e reforçadas por distintas áreas de conhecimento: a biologia, a medicina, a psiquiatria, a fonética e a filosofia são instrumentos constantes nessa qualificação. Simultaneamente, codificam as manifestações subjetivas em grupos racializados (suas abordagens religiosas, a sua forma particular de transformar a natureza, os seus fenótipos, a sua linguagem etc.) e suprimem materialmente as suas condições de reprodução cultural - seja pela força ou pela Bíblia. “Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor [mas não somente] os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial” (QUIJANO, 2005, p.

⁶ “Raça, Uma Categoria Mental da Modernidade” é originalmente um subtítulo presente no trabalho de Quijano de 2005, *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*.

2). A raça foi, assim, naquele contexto colonial, uma “maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação da conquista” (QUIJANO, 2005, p. 2). No novo padrão mundial capitalista, foi o “primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade”, como uma inaugural “classificação social universal da população mundial” (QUIJANO, 2005, p. 2).

Ademais, em meio ao processo de formação da América e ao nascimento da história moderna ocidental, é também importante considerar as estruturas sobre as quais são estabelecidas as relações econômicas de reprodução social. Nesse contexto, elas se desenvolvem em torno do capital-salário e do mercado mundial (QUIJANO, 2005, p. 2). Assim, a partir das formas de produção territorialmente já conhecidas pelos colonos e colonizados - “a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário” -, surgiram as suas reedições histórica e sociologicamente inéditas (QUIJANO, 2005, p. 2). São distintas de suas funções antecedentes de trabalho porque não podem ser isonomicamente reproduzíveis fora das dadas condições capitalistas internacionalizadas: existiam e eram assim articuladas para que fosse produzida a mercadoria cobiçada pelo mercado global; davam-se todas simultâneas, localizadas “no mesmo espaço/tempo”, e direcionadas ao suprimento de específicos mercados, jamais os internos.

Sendo a racialização⁷ dos povos não-europeus uma forma de legitimar a dominação e a colonização, prática que possibilitou o controle do excedente produtivo pelas economias europeias, logo se fez relevante combinar a condição de raça à cadeia produtiva colonial. Definiram-se, portanto, o que seria produzido, o mercado ao qual corresponderia, a condição de trabalho empregada, o sujeito trabalhador e,

⁷ Aqui, “racialização” se refere ao processo histórico de categorização racial que parte das instituições brancas e europeias, atinge os sujeitos *outros* - não-brancos e não-europeus - e é sustentado pelos instrumentos discursivos e materiais muito bem esquematizados pela matriz colonial de poder de Aníbal Quijano (2007). Nesse sentido, acredita-se que a formulação racial moderna se expande no tempo e na geografia, mas tem relação direta com o contexto de colonização europeia da América - assim, berço da Modernidade e da sua contraface racial.

consequentemente, o lugar que ocuparia nas relações sociais de trabalho. Assim, entende-se que “as novas identidades históricas produzidas [sob] a ideia de raça, foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho, até que foi imposta uma “sistemática divisão racial do trabalho” (QUIJANO, 2005, p. 2, nosso adendo).

Desde então, e de forma retroativa, a ciência e a tecnologia, enquanto saberes capazes e devidamente credenciados para compreender a modernidade,⁸ desempenharam esforços para comprovar uma suposta tendência ontológica para a subjugação dos povos negros. A natureza pré-discursiva dos pressupostos para a escravidão racial, todavia, não se sustenta. Segundo Judith Butler (2014),

Os domínios da representação política e linguística estabeleceram *a priori* o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que se pode ser reconhecido como sujeito. Em outras palavras, as qualificações do ser sujeito têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida (BUTLER, 2014, p. 18).

Butler também aponta que, para Michel Foucault, “os sistemas jurídicos de poder *produzem* os sujeitos que subsequentemente passam a representar” (BUTLER, 2014, p. 18). Assim sendo, Butler discorre sobre a *função jurídica* da língua e o seu uso político, de modo que é empregada para “regular a vida política em termos puramente negativos - isto é, por meio da limitação, proibição, regulamentação [e] controle [...]” (BUTLER, 2014, p. 18). No entanto, é certo que os sujeitos *representados* por tais

⁸ Arturo Escobar, em *Encountering Development, The Making and Unmaking of the Third World*, de 1995, explica a consolidação do saber científico e eurocêntrico como forma hegemônica e unipolarmente válida para compreender o universo (ESCOBAR, 1995 apud LANDER, 2005). Sobre a proposta de Escobar, Edgardo Lander entende que “a ciência e a tecnologia são concebidas não apenas como base do progresso material, mas como a origem da direção e do sentido do desenvolvimento [...]. Por isso, apenas determinadas formas de conhecimento foram consideradas apropriadas para os planos de desenvolvimento: o conhecimento dos especialistas, treinados na tradição ocidental [...]. O conhecimento dos ‘outros’, o conhecimento ‘tradicional’ dos pobres, dos camponeses, não apenas era considerado não pertinente, mas também como um dos obstáculos à tarefa transformadora do desenvolvimento” (LANDER, 2005, p. 17).

instrumentos estão em sua função condicionados, definidos e são inteligíveis no meio social, de modo que também se fazem reproduzíveis de acordo com as exigências de tais estruturas jurídicas. Conforme essa interpretação, se as noções jurídicas de poder se fazem presentes na língua e regulam a vida política, a constituição dos sujeitos negros e a sua condição de escravizados é, da mesma forma, discursivamente construída, e não ontologicamente eminente, como buscou atestar a ciência moderna, em especial no século XIX.

Memórias Afro-Atlânticas e a Construção Psíquica do *Self* Branco⁹

Como se pôde observar, as formas de construção da subjetividade negra são várias (inacabáveis), não se fazendo reclusas à História, à Filosofia ou às Relações Internacionais. O que Grada Kilomba faz em *Máscara*, um dos capítulos de *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, é acentuar mais uma das dimensões que nutrem o mosaico da Negritude: a psicológica (KILOMBA, 2019).

Máscara mobiliza algumas das noções já mencionadas neste trabalho, como o papel da raça como legitimadora da exploração geográfica-social da população negra nas colônias e a criação de alteridades para a sua manutenção. O colonialismo, portanto, faz-se repleto de simbologias de “políticas sádicas de conquista e dominação, e [de] regimes brutais de silenciamento dos(as) chamados(as) ‘Outros (as)’: quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?” (KILOMBA, 2019, p. 172).

Ser o sujeito não-racializado que nega a manifestação do outro-racializado, conforme os apontamentos da autora, faz parte de um dos processos de revitalização das alteridades. Como Edgardo Lander organiza ao longo de *A Colonialidade do Saber*,

⁹ O título dessa seção faz homenagem à exposição artística no Museu de Arte de São Paulo (MASP), *Histórias Afro-Atlânticas*, a qual corresponde ao “desejo e [à] necessidade de traçar paralelos, fricções e diálogos entre as culturas visuais dos territórios afro-atlânticos - suas vivências, criações, cultos e filosofias” em meio aos “fluxos e refluxos” entre a África, as Américas, o Caribe”, (MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO).

a articulação de “consensos” para definir as formas de conhecimento que serão produzidas, as funções políticas às quais corresponderão e a maneira como serão difundidos - e, no processo, todas as contrapartes que serão propositalmente omitidas e, por vezes, reprimidas - também fazem parte de uma dinâmica epistêmica de poder (LANDER, 2005). No caso da modernidade/colonialidade, o filtro eurocêntrico é a divisão laminar entre o permitido e o proibido.

Ainda de forma imersa nesse movimento, ao determinar a polaridade aniquiladora e moralizada entre conhecimentos, pensamentos, práticas e condutas, “é este o momento - no qual o sujeito afirma algo sobre o outro que se recusa a reconhecer em si próprio - que caracteriza o mecanismo de defesa do ego” (KILOMBA, 2019, p. 172). Para a autora, neste processo, “partes *condidas* da psique são projetadas para fora, criando o chamado ‘Outro’, sempre como antagonista do ‘eu’” (KILOMBA, 2019, p. 174). “O ‘Outro’ [negro] torna-se então a representação mental do que o sujeito *branco* teme reconhecer sobre si mesmo [...]” (KILOMBA, 2019, p. 174).

A branquitude, portanto, teria sido colocada enquanto identidade dependente - alterna e posterior - da Negritude, a qual, por sua vez, consistiria em uma amálgama das fantasias brancas do que se deve ser (KILOMBA, 2019, p. 175). A alteridade, conforme esses papéis, também tomaria forma por meio da “personificação de aspectos repressores do *self* do sujeito *branco*” negados em si mesmos, “que são reprojitados em nós [pessoas negras], como se fossem retratos autoritários e objetivos de nós mesmos(as) (KILOMBA, 2019, p 175)”.

Não se objetiva, por meio dessa abordagem de análise, restringir o racismo estruturalizante da modernidade - e por ela estruturalizado - ao nível da psique humana, de maneira independente a qualquer estímulo historicizado pelas instituições da colonialidade. Tampouco acredita-se ser esse o propósito da obra de Grada Kilomba. O que a relação entre a instrumentalização da raça sob fins de dominação e os temas presentes nos estudos de Psicologia apresenta, por sua vez, é a profundidade atingida pela violência contra as vidas negras a partir da normatização da sua fórmula discursiva. Os níveis alcançados, portanto, são conscientes e subconscientes.

Resultados: Esquecer para não Lembrar

São vastos os estudos críticos à construção ocidental da Modernidade, às instituições do racismo contemporâneo e às heranças epistemológicas da colonialidade. Nesse sentido, o presente trabalho se projeta na agenda de pesquisa que atesta a conexão contextual e originária entre a mundialização do capitalismo e o seu aporte sobre as estruturas raciais de categorização, dominação e exploração laboral dos sujeitos negros. Um objetivo específico foi mobilizar as temáticas de racismo, colonialismo e colonialidade por meio das diferentes abordagens das Ciências Humanas, como as Teorias Críticas, os estudos de cultura, de psicologia e da linguagem. Com isso, esperávamos compreender de que maneira essas conexões se estabelecem e ora se complementam para explicar a origem e a manutenção de um sistema econômico racialmente opressor.

O estudo observa que há relevantes pontos de convergência e complementaridade entre as análises levantadas. Observa-se que nas produções das Teorias Críticas, das TWAIL e nas do grupo Modernidade/Colonialidade, por exemplo, há o interesse pelas intersecções entre raça, classe, trabalho e a mundialização do capitalismo industrial. Esse quadro fortalece o argumento de que o conceito moderno de raça recebe contribuições fundamentais a partir das estruturas coloniais de dominação. É também comum as menções aos eventos monumentais da sociedade moderna: as Grandes Navegações, a formação dos Estados-nação, as consequências das Revoluções Industriais e a divisão internacional do trabalho conforme as relações hierárquicas de metrópoles e colônias. Por meio desse agrupamento, é possível esquematizar a racialização dos sujeitos negros de maneira contemporânea e conterrânea ao “surgimento” do continente americano enquanto espaço de reprodução das novas relações sociais e econômicas de trabalho colonial.

Os estudos da cultura, da psicologia e da linguagem, por sua vez, conferem uma nova camada aos achados deste trabalho. Por um lado, podemos identificar o caráter

intersubjetivo da construção e manutenção das categorias de raça: a linguagem se faz instrumento da diferenciação entre o Outro, anterior e negro, e o Eu, posterior e branco. A manutenção dos papéis raciais no ambiente do trabalho, das relações humanas e das atividades autorreflexivas aprofunda o efeito do racismo para níveis subconscientes e contribui para a perpetuação dessas relações, em um ciclo retroalimentativo.

Mesmo apresentando pontos de congruência, é importante ressaltar que as abordagens explicitadas neste estudo não se confundem. Primeiro, porque cada qual compreende um universo próprio de construções teóricas. Dentro das Teorias Críticas, por exemplo, temos discussões vastas a respeito do que diferencia e unifica as abordagens pós-coloniais, descoloniais, decoloniais e terceiro-mundistas, bem como as atribuições de cada segmento, as suas origens e as suas discordâncias internas (MUTUA e ANGHIE, 2000; BALLESTRIN, 2013; GALINDO, 2016; RAMINA, 2018...). Segundo, porque, uma vez distintas as abordagens, seus objetos de estudo, metodologias, motivações e propósitos são também diversos.

Ainda assim, emparelhar esses discursos, reconhecendo as suas separações, permitiu-nos observar a repetição dessas temáticas na história das Ciências Humanas. Além disso, indicou-nos que o diálogo mais constante entre os estudos marxistas, os estudos decoloniais e os estudos de cultura, psicologia e língua pode enriquecer os debates sobre racismo moderno no Sul-Global.

Por fim, acreditamos que os lugares contemporâneos designados para a ocupação dos indivíduos negros e brancos estejam assentados em uma memória que domestica os processos de colonização e expansão capitalista. Esse quadro doméstico se naturaliza pela matriz eurocêntrica de conhecimento, que estabelece a relação entre colonizador e colono como naturalmente dissemelhante, em que um é predisposto ao trabalho braçal, e o outro predestinado à iluminação divina. Essa construção obscurece a violência demandada pela expansão do capitalismo e o seu alvo racializado. Trata-se de uma memória em disputa: para se lembrar da história dos povos afro-atlânticos, é necessário esquecer o louvor da modernidade branca.

Considerações Finais

Espera-se que este trabalho, ainda que distante de ambições grandiosas, sirva como manifestação do interesse de se apontar essas conexões tantas vezes eclipsadas, ora pelos traumas inescusáveis infligidos sobre a Negritude e ora pela “glória” da modernidade. Se é precioso à História ceder lugar para novas interpretações e reflexões críticas dos eventos da humanidade, que um espaço seja reservado às experiências do Atlântico Negro e à sua indissociável formulação pelo capitalismo. E, ainda, que este local se torne vago em função do esquecimento consciente da Modernidade em sua glória - mas não em sua vergonha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política [online]. 2013, n. 11, pp. 89-117. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>>.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CAPAN, Zeynep Gulsah. **Decolonising International Relations?** Third World Quarterly, 2016. Disponível em: <[10.1080/01436597.2016.1245100](https://doi.org/10.1080/01436597.2016.1245100)>.

DAVIS, Angela Y. **Women, Race and Class**. Nova Iorque: Random House, 1981.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2015.

DU BOIS, William E. B. **The Souls Of Black Folk**. Chicago: A. C. McClurg and Company, 1903.

DUSSEL, Enrique. **Parte I – Desde o “ego” europeu: o “en cobrimento**. In: DUSSEL, Enrique. 1492: o encobrimento do outro. Petrópolis: Vozes, 1993, pp. 13-70.

FREUD, Sigmund. **O ego e o id e Outros Trabalhos (1923-1925)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GALINDO, George. **Splitting TWAIL?** Windsor Yearbook of Access to Justice, v. 33, n. 3, pp. 37-56, 2016.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência.** Rio de Janeiro: UCAM - Centro de Estudos Afro-Asiáticos. 2001.

HEADRICK, Daniel R. **Power Over Peoples: technology, environments and western imperialism, 1400 to the present.** Princeton University Press, 2010.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRISHNA, Sankaran. **Globalization and Postcolonialism: Hegemony and Resistance in the Twenty-first Century.** Rowman and Littlefield Publishers. 2009.

LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur, CLASCO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro, 2005.

LINEBAUGH, Peter. **Todas As Montanhas Atlânticas Estremeceram.** Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH; Editora Marco Zero, ano 3, no 6, setembro de 1983. pp. 07-46.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017.

MUSEU de Arte de São Paulo. **Histórias Afro-Atlânticas,** 2018. Disponível em: <<https://masp.org.br/exposicoes/historias-afro-atlanticas>>.

MUTUA, Makau; ANGHIE, Antony. **What is TWAIL? Proceedings of the annual meeting (American Society of International Law).** The American Society of International Law, p. 31-40, 2000.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLASCO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278

RAMINA, Larissa. **Framing the Concept of TWAIL: Third World Approaches to International Law.** Revista Just. Direito, v. 32, n. 1, pp. 5-26, 2018.

ROBINSON, Cedric J. **Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition.** Londres: Zed Press, 1983.

SILVA, Denise Ferreira da. **Toward a Global Idea of Race.** Mineápolis: University of Minnesota Press, 2007.

WYNTER, Sylvia. **Black Metamorphosis: New Natives In A New World (manuscrito)**, 1970.

Recebido em Setembro de 2022.

Aprovado em Novembro de 2022.